



2025

Demonstrações Contábeis

Aqui você confere os indicadores de resultados da **Teles Pires Participações S.A.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	5.659	3.065	25.360	154.121	Fornecedores	12	-	-	53.883	57.854
Títulos e valores mobiliários	5	43.597	-	43.597	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	194.271	188.565
Clientes	6	-	-	112.989	107.555	Tributos a recolher	8.1	3.445	685	34.796	66.661
Tributos a recuperar	7	7.273	1.457	42.087	71.715	Encargos setoriais	13	-	-	10.136	15.722
Outros ativos circulantes		-	-	5.888	3.037	Concessões a pagar - Uso do bem público	15	-	-	16.934	14.917
		56.529	4.522	229.921	336.428	Obrigações ambientais	22.1	-	-	30.553	24.552
						Outros passivos circulantes		3.445	685	349.435	376.965
Não circulante						Não Circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.671.576	1.813.159
Títulos e valores mobiliários	5	-	38.871	270.621	92.371	Encargos setoriais	13	-	-	24.136	19.787
Caixa restrito	4.2	-	-	65.011	-	Concessões a pagar - Uso do bem público	15	-	-	177.217	176.251
Tributos a recuperar	7	-	4.809	-	4.809	Provisões para litígios	17	-	-	129.006	127.354
Tributos diferidos	8.1	-	-	444.186	469.372	Obrigações ambientais	22.1	-	-	77.789	-
Depósitos judiciais	17.5	-	-	23.852	62.509	Ressarcimento às Distribuidoras	16	-	-	493.998	527.019
		-	43.680	803.670	629.061	Outros passivos não circulantes		-	-	821	1.319
Investimentos em coligadas e controladas	9	1.770.935	1.653.820	-	-	Patrimônio Líquido					
		1.770.935	1.653.820	-	-	Capital social	18	3.232.795	3.232.795	3.232.795	3.232.795
Imobilizado	10	-	-	3.503.767	3.652.600	Prejuízos acumulados		(1.408.776)	(1.531.458)	(1.408.776)	(1.531.367)
Intangível	11	-	-	225.361	138.785	Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	14.722	13.592
		-	-	3.729.128	3.791.385	Total do Passivo do Patrimônio Líquido		1.824.019	1.701.337	1.838.741	1.715.020
Total do ativo		1.827.464	1.702.022	4.762.719	4.756.874			1.827.464	1.702.022	4.762.719	4.756.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	19	-	-	924.861	898.495
Custos operacionais	20	-	-	(528.722)	(624.784)
RESULTADO BRUTO		-	-	396.139	273.711
Despesas operacionais	20	(7.334)	(7.334)	(50.768)	(42.765)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(7.334)	(7.334)	345.371	230.946
Resultado financeiro	21	5.568	(26.282)	(190.508)	(255.453)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(1.766)	(33.615)	154.863	(24.507)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9	124.450	9.697	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		122.684	(23.918)	154.863	(24.507)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOSTRIBUTOS		122.684	(23.918)	154.863	(24.507)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8	-	-	(31.050)	679
CORRENTE		-	-	(5.865)	(3.687)
DIFERIDO		-	-	(25.185)	4.366
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		122.684	(23.918)	123.813	(23.830)
ATRIBUÍVEIS AOS:					
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES		122.684	(23.918)	122.684	(23.918)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES		-	-	1.129	88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	122.684	(23.918)	123.813	(23.830)
Resultado abrangente do exercício	122.684	(23.918)	123.813	(23.830)
ATRIBUÍVEIS AOS:				
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	122.684	(23.918)	122.684	(23.918)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	-	-	1.129	88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.763.315	(1.507.448)	1.255.867	13.504
Aumento de capital	469.480	-	469.480	-
Prejuízo do exercício	-	(23.918)	(23.918)	88
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.232.795	(1.531.367)	1.701.428	13.592
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.232.795	(1.531.367)	1.701.336	13.592
Lucro Líquido do exercício	-	122.683	122.683	1.039
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.232.795	(1.408.684)	1.824.111	14.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do período antes do IR e CSLL		122.683	(23.918)	154.863	(23.830)
Ajustes para reconciliar o Lucro com o caixa gerado das operações					
Depreciação e amortização		7.334	7.334	160.549	178.531
Encargos financeiros	14.1	-	31.578	198.463	274.787
Receitas Financeiras	21	(5.083)	(8.174)	(10.771)	(13.336)
Resultado da Equivalência patrimonial		(124.450)	(9.697)	-	-
Atualizações de UBP		-	-	15.265	-
Provisões (reversões) operacionais		-	-	54.889	1.441
Ressarcimento às distribuidoras		-	-	(33.021)	-
Outros		-	(1)	494	(27.115)
		484	(2.878)	540.731	390.478
(Acréscimos)/decréscimo nos ativos operacionais					
Clientes		-	1.198	(10.456)	3.739
Impostos a recuperar	(1.007)	(1.427)	34.437	(54.453)	
Outros		-	-	(2.853)	2.449
		(1.007)	(229)	21.128	(48.266)
(Acréscimos)/decréscimo nos passivos operacionais					
Fornecedores		-	-	(3.971)	(14.652)
Tributos a recolher	2.760	651	(30.483)	57.380	
Encargos setoriais		-	-	(1.237)	14.070
Outros		-	(43.451)	30.224	(12.361)
		2.760	(42.800)	(5.467)	44.436
Pagamento de IR e CS		-	-	(7.246)	-
Pagamentos de encargos financeiros	14.1	-	(56.353)	(150.386)	(212.906)
Cauções e depósitos vinculados		-	-	38.657	(2.109)
		-	(56.353)	(118.975)	(215.015)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		2.237	(102.260)	437.417	171.633
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	14.1	-	(413.320)	(183.954)	(600.982)
Pagamento UBP	15	-	-	(12.282)	(11.717)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		-	(413.320)	(196.236)	(612.699)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado	10	-	-	(7.082)	(8.746)
Aquisição de ativo intangível	11	-	-	(91.300)	(145)
Adição de Caixa Restrito		-	-	(65.011)	-
Aplicações/ Resgates financeiros (TVM)		357	48.627	(206.549)	46.137
Aquisição/aporte de capital em parct. Societárias	18	-	469.480	-	469.480
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		357	518.107	(369.942)	506.726
Acréscimo (redução) no caixa e equivalente de caixa		2.594	2.527	(128.761)	65.659
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3.065	538	154.121	88.461
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	5.659	3.065	25.360	154.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A. ("Companhia" ou "TPP") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Companhia controla a Companhia Hidrelétrica Teles Pires ("CHTP"), responsável por operar e manter a Usina Hidrelétrica Teles Pires. A usina está localizada no Rio Teles Pires, entre os estados do Pará e Mato Grosso, e possui potência instalada de 1.820 MW médio, além de Energia Assegurada de 930,7 MW médio. A concessão, 002/2011, expira em 2042. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) negativo de 119.514 (40.537 negativo em 31 de dezembro de 2024). É importante ressaltar que o CCL negativo, isoladamente, não representa necessariamente risco à continuidade operacional, devendo ser analisado em conjunto com a capacidade de geração de caixa, o cronograma de amortização das dívidas, a existência de contratos de longo prazo. A Companhia é controlada direta da Axia Energia norte e indireta pela AXIA Energia, a qual administra seus negócios de forma centralizada, considerando o conjunto das empresas do grupo, e não de forma isolada por CNPJ. Em 31 de dezembro de 2025, a AXIA Energia apresentou capital circulante líquido de R\$ 3.655.060 e patrimônio líquido de R\$ 118.430.137, evidenciando robusta posição financeira e capacidade de suporte ao grupo econômico. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi aprovada pela diretoria executiva, em 13 de março de 2026.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS@ Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (IFRIC@ Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC@ Interpretations) e emitiam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, a Companhia apresenta essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 3 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.2.1. Novas normas e interpretações não vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Tabela 9 – Novas normas e interpretações vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de covenants como circulantes ou não circulantes. Além disso, apenas os covenants que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (Reverse Factoring). As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (Sale and Leaseback) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos		





2.2.2. Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 10 – Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (Tco2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO) CPC 02/ IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (Tco2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Falta de Conversibilidade As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtópicos. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027, aplicação retrospectiva	

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras, quando da adoção das novas normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2025.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações no capital social da controlada é mensurada pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pela investida, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente consolidados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis da controlada nas demonstrações consolidadas se inicia na data em que a Companhia assume o controle, sendo cessada quando a Companhia deixa de ter o controle.

Controlada

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes de sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre a controlada da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de sua controlada, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.6	Ressarcimento às distribuidoras	Estimativa dos valores a serem desembolsados via mecanismo de contas gráficas.
	Imposto de renda e contribuição social	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
8	Diferidos - ativo	Estimativas de perdas em processos judiciais
17	Provisões para litígios e passivos contingentes	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
9/12	Valor recuperável dos ativos de longo prazo	

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 3 – Caixa e equivalentes de Caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	5.659	1.177	25.360	4.352
Aplicações Financeiras	—	1.888	—	149.769
	5.659	3.065	25.360	154.121

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras é de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 4.2 – Caixa Restrito

Tabela 3.1 – Caixa restrito

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa restrito	65.011	—
	65.011	—

Os valores referem-se a operações compromissadas atreladas a garantias contratuais de empréstimos e financiamentos.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Tabela 4 – Títulos e Valores Mobiliários

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimento CP	43.597	—	43.597	—
Fundos de investimento LP	—	38.871	270.621	92.371
Total	43.597	38.871	314.218	92.371

A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de repasse junto ao Banco do Brasil. Os recursos depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos. A remuneração média é de 100% CDI.

A Companhia mantém em seu ativo não circulante em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras, considerando o ciclo operacional da Companhia e a ausência da necessidade de liquidação dos ativos para o cumprimento das obrigações garantidas dentro do período de até doze meses após a data do balanço patrimonial. Deste modo os referidos TVM foram classificados no ativo não circulante.

Os títulos de valores mobiliários mencionados nesta nota explicativa têm por expectativa garantir o cumprimento de obrigações da Companhia.

Prática contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários, as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide a nota 4.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

NOTA 6 – CLIENTES

Tabela 5 - Clientes

	CONSOLIDADO			
	31/12/2025		31/12/2024	
	A vencer	(-) PCLD	Total	Total
Circulante	—	—	—	—
Suprimento	113.120	(131)	112.989	107.555
	113.120	(131)	112.989	107.555

Suprimento de energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos.

Estimativas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, considerando, principalmente, o histórico de inadimplência, que é baixo.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Tabela 7 – Impostos e contribuições - Circulante

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
IRPF/CSRF	1.089	1.400	3.398	684	5.506	19.181	3.398	684
IRPJ/CSLL	6.127	—	—	—	14.719	—	1.585	3.687
PIS/COFINS	57	57	47	—	21.632	52.305	27.718	58.403
ICMS	—	—	—	—	229	229	1.107	1.446
Outros	—	—	—	—	—	—	988	2.440
	7.273	1.457	3.445	684	42.086	71.715	34.796	66.660

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

8.1. Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tabela 9 – IR e CSLL diferidos

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	—	—
Imposto de Renda	326.497	346.201
Contribuição Social	117.689	123.171
	444.186	469.372

8.2 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos não circulante

Tabela 11 – Composição IRPJ e CSLL

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante (PF e BN)	430.940	265.660
Diferenças temporárias:		
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(11.809)	(15.064)
Provisão para Processos Judiciais	43.862	20.173
Provisões Ambientais e para desmantelamento	—	15.458
Arrendamentos Capitalizados (aluguel IRFS)	—	674
Ressarcimento às Distribuidoras – Acordo ANEEL ¹	—	179.186
Outros	(18.807)	3.285
	13.246	203.712
	444.186	469.372

TOTAL

¹ O saldo de base do imposto diferido sobre o ressarcimento às distribuidoras foi reclassificado para base negativa e prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Tabela 12 – Realização esperada

Tributos Diferidos Líquidos	
2026	39.651
2027	11.486
2028	13.315
2029	68.676
2030	27.535
2031 a 2036	283.523
	444.186

8.3. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 13 – Conciliação IR e CSLL

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	154.863	(24.507)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(52.653)	8.333
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro (Compensação PF e BN):		
Compensação de prejuízos fiscais	(601)	7.405
Incentivos fiscais	16.267	1.596
Ajuste de exercícios anteriores	6.633	—
Outras adições (reversões) permanentes:		
Outras	(696)	11
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	31.050	679
Alíquota efetiva	20%	-3%

Prática Contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime 20 fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes às suas naturezas de estimativa de longo prazo de preços de energia, prazos dos contratos de concessão e nível de alavancagem e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor estimado dos ativos fiscais diferidos.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

9.1. Mutação dos investimentos

	CONTROLADORA				
	Participações %	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Amortização encargos capitalizados	Saldo em 31/12/2024
Controladas					
CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires	99,10	1.651.456	9.697	(7.334)	1.653.820
		1.651.456	9.697	(7.334)	1.653.820

	CONTROLADORA				
	Participações %	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Amortização encargos capitalizados	Saldo em 31/12/2025
Controladas					
CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires	99,10	1.653.820	124.450	(7.335)	1.770.935
		1.653.820	124.450	(7.335)	1.770.935

Prática contábil

Nas demonstrações financeiras da controladora, a Companhia avalia seu investimento na controlada pelo método da equivalência patrimonial.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida é reconhecido no resultado período do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total	
Taxa média de depreciação a.a. (%)	1,79	3,12	6,67	—	14,59	5,72	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.741.982	1.047.503	845.131	14.378	251	166.759	3.816.096	
Adição	—	—	8.741	4	—	—	8.744	
Depreciação	(76.157)	(49.009)	(39.062)	—	(226)	(7.786)	(172.240)	
Transferências	—	—	39	(217)	—	178	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.665.825	998.494	806.108	22.902	29	159.151	3.652.600	
Custo	2.406.535	1.458.859	1.168.241	22.902	1.743	229.387	5.279.590	
Depreciação Acumulada	(740.710)	(460.365)	(362.134)	—	(1.714)	(70.236)	(1.626.990)	

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total	
Taxa média de depreciação a.a. (%)	3,21	3,26	3,81	—	18,65	5,72	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.665.825	998.494	806.107	22.902	29	159.151	3.652.508	
Adição	—	439	1.757	4.886	—	—	7.082	
Depreciação	(66.364)	(43.980)	(38.102)	—	—	(7.378)	(155.824)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.599.461	954.953	769.792 </					



Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 12. Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são depreciados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Tabela 27 – Mutação do intangível – Consolidado - corrente

	CONSOLIDADO				
	Software	Uso do Bem Público(2)	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	20	3,13% - 3,85%	—	10	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132	138.507	146	—	138.785
Adição	—	—	—	91.300 ¹	91.300
Amortizações	(40)	(4.684)	—	—	(4.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	92	133.823	146	91.300	225.361
Custo	226	189.586	146	116.377	306.335
Amortização Acumulada	(134)	(55.763)	—	(25.077)	(80.974)

¹ Refere-se a licença da operação que foi renovada em 2025, atrelado as obrigações socioambientais.
² Refere-se à ampliação do prazo da concessão, homologada em 2021, como resultado da repactuação do risco hidrológico, conforme estabelecido pela Lei nº 14.052/2020. O período de outorga da UHE Teles Pires foi prorrogado por 235 dias, passando, assim, a expirar em 28 de janeiro de 2047.

Prática contábil

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, se houver. A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para seus bens, utilizando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 12 – FORNECEDORES

Tabela 33 – Fornecedores

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Bens Materiais e Serviços	15.433	8.961
Energia Comprada para Revenda	—	3.991
Encargos de uso da rede	38.450	44.902
	53.883	57.854

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações. A controladora não possui saldos em aberto para demonstrar nessa nota explicativa.

NOTA 13 – ENCARGOS SETORIAIS

Tabela 15 - Encargos setoriais

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	881	872
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	7.562	13.219
Quota CDE	276	178
FNDCT	339	547
M.M.E.	453	281
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	625	625
	10.136	15.722
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	24.136	19.787
	24.136	19.787
	34.272	35.509

13.1 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em P&D; (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Por sua vez a ANEEL, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do despacho nº 904/2021 e da resolução normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de P&D o percentual de 0,28%.

13.2 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt-hora, multiplicado pela TAR - tarifa atualizada de referência, fixada pela ANEEL.

Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com a as legislações aplicáveis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos e financiamentos devidos pela Companhia é divulgada a seguir:

Tabela 34 – Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	CONTROLADORA			
	Taxas médias anuais em 2025 (%)	31/12/2025	31/12/2024	
Moeda Nacional				
Bancos de fomento ¹	7,43	939.934	1.008.496	
Mercado bancário ²	6	925.913	993.228	
		1.865.847	2.001.724	
Circulante		194.271	188.565	
Não Circulante		1.671.576	1.813.159	
		1.865.847	2.001.724	

Os empréstimos e financiamentos possuem seus vencimentos assim programados:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2036	Total
Principal	186.771	186.771	186.771	186.771	186.771	924.492	1.858.347
Juros	7.500	—	—	—	—	—	7.500
Total	194.271	186.771	186.771	186.771	186.771	924.490	1.865.847

14.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Tabela 35 – Mutação dos Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do período	—	438.742	2.001.724	2.604.370
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	—	—	—	1.202
Amortizações de principal	—	(413.320)	(183.955)	(600.981)
Pagamento de encargos de dívida	—	(56.353)	(150.386)	(212.906)
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	—	30.931	198.464	210.039
Saldo final do período	—	—	1.865.847	2.001.724

14.2 Obrigações assumidas – Covenants

A Companhia e sua controlada possui cláusulas de covenants. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. De acordo com a Cláusula Contratual, devido ao não atingimento ICSD no exercício de 2024, foi necessário realizar a composição das contas garantias via fiança bancária no valor de até R\$ 142.164.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 15 – USO DO BEM PÚBLICO – UBP

Saldo em 31 de dezembro de 2024
 Atualização monetária 191.168
 Ajuste a valor presente 10.755
 Pagamentos 4.511
 (12.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2025
 Circulante 16.934
 Não circulante 177.217

Saldo em 31 de dezembro de 2023
 Atualização monetária 190.193
 Ajuste a valor presente 8.484
 Pagamentos 4.210
 (11.719)
Saldo em 31 de dezembro de 2024
 Circulante 14.917
 Não circulante 176.251

Em 07 de setembro de 2014, a "CHTP" celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires. A "CHTP" recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515. O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão. Buscando refletir adequadamente a outorga da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo. Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8,47% a.a.

NOTA 16 – RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

O saldo da conta de ressarcimento às distribuidoras será compensado com exposições positivas apuradas pela Companhia no âmbito do mercado de Curto Prazo – MCP, conforme as regras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCE. A Realização de saída de caixa somente ocorrerá caso não haja compensações suficientes até o prazo final estabelecido, em 2041.

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2024	527.019
Atualização financeira ¹	20.025
Ressarcimento - efeito redução da receita	(53.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	493.998
Circulante	—
Não circulante	493.998
Saldo em 31 de dezembro de 2023	506.743
Atualização financeira	50.638
Ressarcimento - efeito redução da receita	(30.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	527.019
Circulante	—
Não circulante	527.019

¹A redução da atualização financeira da obrigação em 2025 decorre da reestimativa das projeções das exposições de energia na CCEE, em função da alteração da premissa definida pela área de Regulação da AXIA Energia, controladora indireta da Companhia, que passou a planejar a celebração de contratos de venda de energia com o objetivo de reduzir os excedentes e, consequentemente, alongar o cronograma de pagamento da obrigação, resultando na redução do valor presente da obrigação.

Prática contábil

O ressarcimento às distribuidoras foi reconhecido inicialmente pelo valor previsto no Termo de Compromisso ("TC") firmado com a ANEEL e, posteriormente, mensurado a valor presente, com base nas projeções do IGP-M e das exposições positivas na CCEE, sendo as variações reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista, civil e ambiental, que se encontram em vários estágios de julgamento.

17.1 Provisões para litígios

A Companhia e sua controlada constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 57 - Provisões para litígios

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	126.363	122.566
Processos trabalhistas	2.643	4.788
	129.006	127.354

As provisões tiveram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte movimentação:

Tabela 58 – Mutação das provisões para litígios

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.354	
Constituição de provisões	19.843	
Reversão de provisões	(16.167)	
Atualização monetária	(2.024)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	129.006	

17.2 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a CHTP possui ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 126.363 (R\$ 122.566, em 31 de dezembro de 2024).

Destacam-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

17.3 Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a CHTP possui ações judiciais trabalhistas com a estimativa provável de perdas de R\$ 2.643 (R\$ 4.788, em 31 de dezembro de 2024).

Referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho.

17.4 Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Tabela 59 - Processos com perda possível

	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	—	—	2.414	4.144
Processos trabalhistas	—	—	—	1.497
Processos tributários	—	—	106.143	97.347
Processos regulatórios	—	—	4.764	3.965
Processos ambientais	—	—	243.717	221.736
Processos fundiários	—	—	2.122	333
	—	—	359.160	329.022

17.4.1 Tributários

A Companhia é parte envolvida em processo em processos legais, com a natureza de ação tributária, tais quais autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange recolhimento de ICMS no valor de 91 milhões em 31 de dezembro de 2025.

17.4.2 Ambientais

O principal processo ambiental cujo risco é possível se trata de uma demanda que gira em torno do cumprimento de obrigações ambientais assumidas pela Companhia em decorrência de compromissos contratuais e regulatórios e dos impactos com a implantação do empreendimento, em 2011.

17.5 – Depósitos judiciais

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	23.852	65.509
	23.852	65.509

A variação apresentada no saldo refere-se, substancialmente, ao levantamento de depósitos judiciais relacionado a processos.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidos no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.232.795 (R\$ 3.232.795 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a 3.232.795 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal. O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

Tabela 62 - Capital social

	CONSOLIDADO			
	31/12/2025		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	1.634.501	50,56	1.634.501	50,56
Centrais Elétricas do Brasil S.A.	799.147	24,72	799.147	24,72
Eletrosul S.A.	799.147	24,72	799.147	24,72
	3.232.795	100	3.232.795	100

NOTA 19 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 65 - Receita operacional líquida

	CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024
Geração	—	—
Suprimento	1.063.934	1.039.776
Suprimento CCEE	47.656	30.362
Outros	95	3.565
	1.111.685	1.073.703
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) PIS e COFINS	(101.478)	(98.266)
(-) Encargos setoriais	(74.00	



NOTA 21 - RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 69 - Provisões operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	5.822	8.513	42.124	21.708
Avaliação a Valor Justo - Ressarcimento			77.811	-
Outras receitas financeiras	-	-	1.911	5.847
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(232)	(396)	(2.009)	(1.279)
	5.590	8.117	119.837	26.276
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	-	(27.375)	(198.463)	(206.483)
Atualização do ressarcimento às distribuidoras	-	-	(92.845)	(50.638)
Atualização provisão para contingências	-	-	(3.693)	(4.162)
Atualização UBP	-	-	(10.755)	(8.105)
Outras despesas financeiras	(23)	(7.083)	(4.583)	(11.865)
	(23)	(34.459)	(310.339)	(281.253)
Itens financeiros, líquidos				
Variações cambiais	-	61	(5)	(476)
	-	61	(5)	(476)
	5.567	(26.281)	(190.507)	(255.453)

NOTA 22 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

22.1 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

	Nível	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado - Ativo		5.659	3.065	138.349	261.675
Caixa e equivalentes de caixa		5.659	3.065	25.360	154.120
Clientes		-	-	112.989	107.555
Valor justo por meio de resultado - Ativo e Passivo		43.597	38.871	314.218	92.371
Títulos e Valores Mobiliários	2	43.597	38.871	314.218	92.371
Custo Amortizado - Passivo				(2.716.221)	(2.802.317)
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	(1.865.847)	(2.001.724)
Fornecedores		-	-	(53.883)	(57.854)
Obrigações ambientais ¹		-	-	(108.342)	(24.552)
Ressarcimento às Distribuidoras		-	-	(493.998)	(527.019)
Concessões apagar - Uso do bem público		-	-	(194.151)	(191.168)

¹ Em 2025, foi renovada a licença de operação da UTE Teles Pires, a qual estabeleceu novas exigências ambientais necessárias para a manutenção da usina em operação. Em decorrência dessas obrigações, o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 era de 108.342 (24.552 em 31 de dezembro de 2024).

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

22.2 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2024 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook, publicado pela OCDE.

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Tabela 73 - Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Efeito o resultado			
		Saldo em 31/12/2025	Cenário I - Provável 2025	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Aplicações financeiras em CDI	270.621	47.511	59.389	89.083
	Impacto no resultado	-	47.511	59.389	89.083
TJLP	Emprést., Financ. e Debêntures	(1.865.847)	(327.574)	(409.468)	(614.201)
	Impacto no resultado	-	(327.574)	(409.468)	(614.201)
Premissas adotadas:		31/12/2025	Provável	25%	50%
	CDI (%)	14,32	17,56	21,95	32,92
	TJLP (%)	8,67	10,20	12,74	19,12

22.3 Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e de sua controlada é de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Antonio Augusto Bechara Pardauli
Diretor Técnico

Eduardo Cardeal Tomazsia
Diretor Administrativo Financeiro, Coordenação e Meio Ambiente

Alexandre Lira da Rocha
Contador CRC-DF 18622/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Teles Pires Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Teles Pires Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

CONSOLIDADO

	2025
2026	194.270
2027	186.771
2028	186.771
2029	186.771
2030	186.771
2031 até 2036	924.492
	1.865.847

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

NOTA 23 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia.

23.1 Transações com partes relacionadas - Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia:

Tabela 83 - Transações comerciais - Patrimonial

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Patrimonial	Empresas Eletrobras	Empresas Eletrobras
Ativos		
Clientes	21.556	8.060
Total Ativo	21.556	8.060
Fornecedores	6.317	-
Outros passivos	4.062	-
Total Passivo	10.379	-

Tabela 84 - Transações comerciais - Resultado

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Resultado	Empresas Eletrobras	Empresas Eletrobras
Suprimento e fornecimento de energia	193.740	97.046
Compra de energia elétrica	-	(24.122)
Encargos de uso da rede elétrica	(71.183)	(71.193)
Outros custos e despesas	(21.012)	-
	101.545	1.731

A seguir, identificam-se as principais transações realizadas com partes relacionadas:

Contratos de compra e venda de energia elétrica - a Companhia possui contratos de compra e venda de energia elétrica com partes relacionadas nos termos de CCVE – contratos de compra e venda de energia elétrica, CCEAR – contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado, CUST – contratos de uso do sistema de transmissão.

A companhia manteve contrato com a controladora Eletrobras para compartilhamento de recursos humanos, pelo prazo de 60 meses.

Em relação à remuneração dos administradores, houve renúncia ao recebimento de remuneração pelo desempenho de suas atividades, em razão do compartilhamento de mandato com sua Controladora.

